



José Gabriel Ávila*
jgazoires@gmail.com

Falta mão de obra agrícola

“O futuro agrícola da Ilha do Pico, para ser um projeto bem sucedido, deve visar, sem demora, o repovoamento demográfico, a formação profissional dos ativos, e a adequação dos equipamentos agrícolas às características dos terrenos, sob pena de dentro de alguns anos, a paisagem da vinha voltar a ser um matagal ainda maior.”



A falta de gente que queira trabalhar a terra é cada vez mais notada, mesmo nas ilhas mais populosas.

Um estudo recente do Serviço Regional de Estatística (SREA) constata que no primeiro semestre do ano corrente *“Houve falta de mão de obra agrícola nas ilhas de S. Miguel, Graciosa, S. Jorge e Pico; os salários permaneceram estáveis.”*

Procurei descer ao pormenor, mas os estudos sobre a população ativa englobam todo o setor primário, da agricultura às pescas e não discriminam nem quantos trabalhadores se dedicam às diversas atividades em cada uma das ilhas e concelhos, nem que idade têm. Esta lacuna grave não deveria existir, por ser importante ter um noção completa da atividade agrícola e não apenas do setor produtivo e industrial.

No primeiro semestre de 2020, segundo o SREA, os salários médios mais altos registaram-se na Ilha de São Jorge (50€). Menos 5€ ganhava um trabalhador agrícola nas Flores, enquanto nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Graciosa, Pico e Faial o salário era de 40€. Curiosamente, na Ilha Terceira, onde não se regista falta de mão de obra na agricultura, um trabalhador recebe, em média, 35€ - menos 15€ do que em São Jorge.

Na ilha do Pico, a que melhor conheço, há muito se ouve cramar que não há gente para tra-

balhar as terras. Daí elas ficarem ao abandono, enchendo de mato, quando há poucas dezenas de anos não havia parcela de terreno que não alimentasse a família e até desse excedentes.

Pomares e quintas, que preenchiam as encostas da ilha, orgulhavam os proprietários pela reconhecida qualidade da fruta e pela mais-valia que representavam para a economia familiar. Ainda lá estão, mas a encher-se de brejo, de faias e de plantas invasoras. Mesmo as hortas e quintais à volta de casa são abandonados, porque os donos, idosos, já não têm forças para cavar e cuidar da terra nem há quem as queira trabalhar, mesmo a troco de nada.

O panorama da agricultura em algumas ilhas e concelhos menos populosos não é animador.

A maioria das pequenas propriedades situa-se em ladeiras e locais acidentados e de difícil acesso. Lá só chegavam o alvião, o arado, a foice e pouco mais, porque já não há braços para semear e produzir milho, batata e legumes, como antigamente. Esses terrenos estão transformados em pastos de ervas daninhas e, quem os trabalha, socorre-se de roçadeiras que não arrancam raízes que, logo que vem a chuva, germinam com facilidade e vigor.

A paisagem de algumas das nossas ilhas, hoje, é diferente da de há 40 ou 50 anos atrás. Há mais verde, mas a malha florestal pouco

rentável, cobriu quintas e pomares de citrinos e de outras frutas como: maçãs, peras, ameixas, pêssegos, figos, arácãs, goiabas e outras mais, em que o Pico era abundante e exportava para outras ilhas.

A falta de trabalhadores agrícolas vai também fazer-se sentir nos terrenos recuperados das vinhas, quando elas começarem a ser tratadas e a produzir em pleno, nos moldes tradicionais.

A situação é preocupante pois, no espaço de 10 anos - revela o SREA -, entre 2009 e 2019, a superfície dedicada à cultura da vinha na Ilha do Pico passou dos 487 ha para 1.230 ha e a produção de uva quase triplicou.

Exige-se, por isso, recursos humanos suficientes e competentes para responderem aos investimentos e às exigências do mercado do vinho. As necessidades existem, embora a solução não se encontre apenas no recurso à mão-de-obra migrante e sazonal. São necessárias políticas de atração e fixação de jovens (imigrantes ou não) que se dediquem à agricultura nas suas várias vertentes. E não basta haver operários de fora para levantar paredes. A vitivinicultura exige conhecimentos e competências que um trabalhador da construção, habituado a ser “pau para toda a obra”, não tem.

Apostar na formação profissional adequada às tarefas a desempenhar, deve ser a prioridade desse projeto de crescimento sócio-económico e o campo experimental deveria ser a Ilha do Pico, dada a sua dimensão e decréscimo populacional resultante do envelhecimento. Contando, obviamente com apoios comunitários, e envolvendo a própria engenharia mecânica dada a necessidade de adequar as alfaías agrícolas às características dos terrenos (currais de vinha) e às especificidades das culturas.

O futuro agrícola da Ilha do Pico, para ser um projeto bem sucedido, deve visar, sem demora, o repovoamento demográfico, a formação profissional dos ativos, e a adequação dos equipamentos agrícolas às características dos terrenos, sob pena de dentro de alguns anos, a paisagem da vinha voltar a ser um matagal ainda maior.

É pensando nesta eventualidade que urge refletir sobre o muito que há ainda a fazer, envolvendo todos os agentes sociais e culturais, para que o Pico seja muito mais do que Património Mundial da Paisagem da Cultura da Vinha e das suas 22 reservas naturais, áreas e paisagens protegidas.